

ASSOCIAÇÃO SERVIÇO E COOPERAÇÃO COM O POVO
YANOMAMI

DOSSIÊ 2022

VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DO POVO YANOMAMI



MANAUS - AMAZONAS - BRASIL

APOIO
ASSOCIAÇÃO KURIKAMA YANOMAMI
ASSOCIAÇÃO DE ACESSORIA AOS POVOS DA FLORESTA

ANÁLISE DE CONJUNTURA



INTRODUÇÃO

Povo de recente contato, os Yanomami sofrem da intervenção econômica em seu território e encontram-se constantemente ameaçados e sujeitos a uma série de interferências no seu modo de ser e de vida. Esta situação não se dá ao acaso: eles habitam a maior Terra Indígena do País e a primeira a ser demarcada, fruto das conquistas democráticas da sociedade brasileira na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos últimos sete anos, a situação política em relação aos direitos indígenas vem se degradando sensivelmente com a chegada ao poder de um congresso composto principalmente por parlamentares de frentes conservadoras. Uma tendência que se acentuou com a chegada ao poder do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, declaradamente contrário à demarcação de terras indígenas.¹

Nesse contexto, novas ameaças vêm comprometendo os direitos constitucionais adquiridos pelos povos indígenas, trazendo novos riscos para a existência dos povos indígenas e em particular para as crianças e adolescentes, com a nítida insegurança no que diz respeito às perspectivas futuras.

Esse cenário fortaleceu posturas de contravenção, de ilegalidade, de abusos e de impunidade quanto a invasões territoriais e extração ilegal de recursos naturais como madeira, minerais, pesca predatória, fibras naturais, entre outros, que, aliado à negligência no atendimento a direitos básicos como Saúde e Educação, vem matando diariamente indígenas dentro do seu território.²

O enfraquecimento da política indigenista do governo se reflete em uma drástica redução nas condições de trabalho e na capacidade de supervisão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A Terra Indígena Yanomami, por exemplo, conta com apenas três fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo menos 10 da Fundação Nacional do Índio (Funai), para proteção e garantia do acesso dos indígenas à serviços básicos, principalmente, a saúde.³

Trata-se de uma área de 9,6 milhões de hectares, entre os estados de Roraima e Amazonas, com quase 30 mil indígenas divididos em mais de 300 comunidades. Um território equivalente ao tamanho de Portugal ou ao estado de Santa Catarina e onde vivem grupos e clãs com seis línguas diferentes.

No que diz respeito a direitos indígenas específicos, como consentimento e consulta livre, prévia e informada, além do acesso a políticas públicas específicas e diferenciadas, o movimento indígena organizado enfrenta muitos desafios, buscando garantir os ganhos sociais outorgados pela Constituição.

O PL 191/2020

O Projeto de Lei 191/2020, apresentado como definidor das normas legais para a mineração em terras indígenas, é um exemplo de violação do direito à livre consulta aos povos originários. Atualmente está em análise por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados. A aprovação passou a ser prioridade para o Governo Bolsonaro em seu último ano do mandato como presidente da República e expressa o cabo de guerra entre setores que querem a mineração em terra indígena e os que veem nesse processo inconstitucionalidade e ameaça real ao modo de vida dos povos indígenas.

Em março de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) manifestou-se contrário ao projeto reiterando a inconstitucionalidade da proposta. No documento, a Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal (6CCR/MPF) – órgão superior vinculado à Procuradoria-Geral da República (PGR) destaca: “O estado de beligerância, de ameaça externa ou mesmo a declaração de guerra entre dois ou mais países não autorizam a diminuição do sistema de proteção internacional dos direitos humanos, particularmente das minorias e de grupos vulneráveis”.



1 - <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-celebra-que-governo-nao-demarcou-ninguma-terra-indigena/>

2 - <https://apubh.org.br/acontece/violacoes-e-violencias-do-governo-bolsonaro-aos-povos-indigenas-sao-denunciadas-na-onu/>

3 - <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/16/terra-yanomami-possui-3-fiscais-do-ibama-e-10-da-funai-para-proteger-maior-reserva-indigena-do-brasil.ghtml>

4 - <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-191-2020-mpf-reitera-manifestacao-contraria-a-proposta-que-regulamenta-mineracao-em-terras-indigenas>

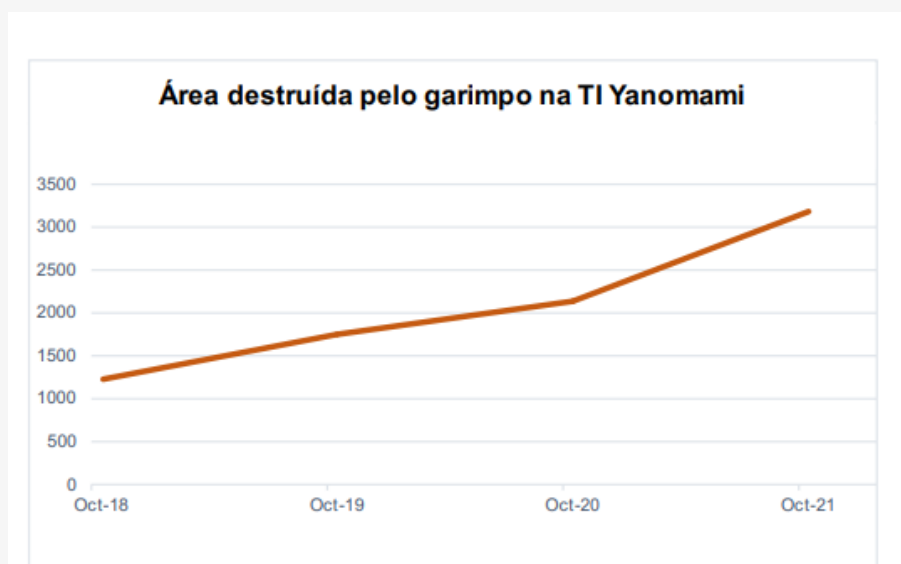


De acordo com o relatório “Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, lançado no mês de abril de 2022, este é o pior momento de invasão desde que a TI foi demarcada e homologada, há trinta anos.

Desmatamento e contaminação de rios e peixes são a parte mais evidente dos prejuízos, porém, a extração ilegal de ouro e cassiterita no território Yanomami está diretamente ligada à explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com sérias consequências para a saúde e para a economia das famílias, e um recrudescimento assustador da violência contra os indígenas.

Embora o garimpo ilegal não seja novidade na TIY, a escala e intensidade cresceram 3350% de 2016 a 2020, segundo dados do Mapbiomas. Essa trajetória ascendente desde 2016 e tem acumulado taxas cada vez maiores.⁵

Os depoimentos contidos no relatório trazem ainda denúncias de crianças e jovens yanomamis a respeito de estupros, assédios sexuais e explosão de casos de doenças infectocontagiosas como a malária, além de casos de violência e mortes. Um contexto de trajetórias interrompidas, de crise sanitária, de comunidades sendo submetidas a múltiplas dimensões de violência.



1: Área destruída pelo garimpo na TIY de outubro de 2018 a outubro de 2021, SMGI. Relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, pg. 9.

5 - <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/yanomami-sob-ataque>

QUEM É A SECOYA?

A Associação Serviço e Cooperação com Povo Yanomami (Secoya) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua desde 1991 junto ao Povo Yanomami do Médio Rio Negro, do estado do Amazonas, através de ações nos campos de Educação Escolar Diferenciada, Educação em Saúde, Capacitação Política e Técnica, além do apoio ao processo organizativo. Possui prazo indeterminado de duração, que se rege pelo Estatuto Social aprovado pelos membros dentro das normas legais da legislação brasileira.

O trabalho da Secoya tem por base a interculturalidade em que se reconhece a necessidade de atuar na perspectiva para reduzir os danos da assimetria de poder do 'mundo napë' (não Yanomami, estrangeiro) em relação às culturas indígenas. Sua atuação incide no campo das políticas públicas, objetivando favorecer o protagonismo Yanomami e a defesa de seus direitos.

2.1 Breve histórico

Em 1992, deram-se início as ações de Educação da Secoya. Em 1991, deu-se início às atividades com o povo Yanomami do rio Maraujá no Município de Santa Isabel do Rio Negro, com o objetivo principal de socorrer uma parcela significativa da população afetada pela tuberculose, malária e doenças respiratórias agudas.

É importante recordar que esta época era marcada por um vazio quase total da presença do estado junto ao povo Yanomami, e sem qualquer assistência à saúde e/ou educação estruturada antes da chegada da Secoya nessa área.

Com um estudo aprofundado a respeito da língua Yanomami (xamatari), em vista do ensino bilíngue adequado à realidade Yanomami, foram iniciadas as atividades, priorizando a alfabetização na língua materna, no sentido de firmar um processo de aprendizagem através do domínio linguístico e da valorização da cultura Yanomami, antes de introduzir o ensino da língua portuguesa.

Em 1994, iniciou o processo de capacitação para Agentes Indígenas de Saúde - AIS visando à autonomia e a participação de representantes da população em atividades desenvolvidas em suas terras.

Em 1997, a Secoya foi fundada oficialmente, com a finalidade de defender os direitos e interesses do Povo Yanomami localizado na região do Médio Rio Negro, bem como promover a articulação e intercâmbio deste com outros povos ou organizações indígenas.



QUEM É A SECOYA?

Em 1999, no campo da saúde, a Secoya estabeleceu o primeiro convênio com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa (Ministério da Saúde) para executar as ações básicas de saúde na abrangência em sua área de atuação no Amazonas, a qual é parte integrante do Distrito Sanitário Especial Yanomami e Ye'kuana-DSY, na perspectiva de criar melhores condições de vida para a população.

Em 2001, começou o processo de formação de professores Yanomami para o magistério indígena numa perspectiva bilíngue, diferenciada e intercultural.

Em 2002, deu início a um programa de Desenvolvimento Sustentável visando a "Melhoria alimentar, resgate cultural e comercialização de produtos Yanomami", através do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas - PDPI, um programa do Governo Federal, criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente que preconiza a consolidação do processo demarcatório das Terras Indígenas.

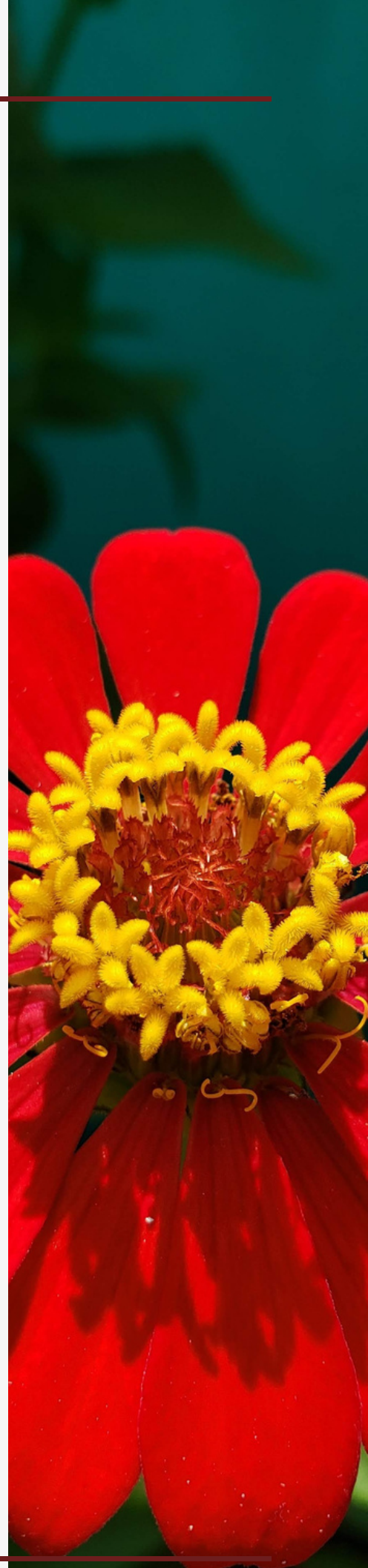
Em 2008, a partir do Seminário "Novos Rumos da Secoya", definiu como meta transversal "Tornar a ação indigenista da Secoya mais próxima à realidade Yanomami, preconizando ainda: reorientar progressivamente as ações na área de saúde para educação em saúde, controle social, apoio para ações complementares;

fortalecer os programas de Educação Escolar Diferenciada e de Desenvolvimento Sustentável; atuar na capacitação e fortalecimento do movimento de todo o povo Yanomami (Amazonas e Roraima) e instituir um programa de capacitação continuada para as equipes da Secoya.

Em 2009, a Secoya finalizou o seu convênio no campo da assistência de saúde com o governo, após 10 anos de árduo trabalho, por conta da falta total de condições e o não cumprimento pela FUNASA dos acordos firmados, principalmente com grandes atrasos no repasse dos recursos.

Em 2015, foi finalizado o processo de formação de 29 professores Yanomami em magistério indígena que foram devidamente diplomados pela Secretaria de Educação do Estado.

Ainda em 2015 foi criada a Associação de Assessoria aos Povos da Floresta (Aflora), que passou a assumir a gestão administrativa da Secoya, como o objetivo de apoiar o importante trabalho junto ao povo Yanomami, superando as consequências da parceria com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) que, além de não cumprir com suas obrigações contratuais, deixou a Secoya situação de dificuldade perante os órgãos de fiscalização governamentais.



Em 2017 foi realizada a I edição do Encontro de mulheres Yanomami do Rio Marauíá, uma demanda das próprias indígenas, com a participação dos homens para ouvirem as questões do universo de suas companheiras, mães, filhas e netas, promovido pelo Programa de Educação em Saúde.

Em 2021, a II edição¹ do encontro reuniu 10 comunidades diferentes no xapono Balaio e contou com a parceria da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) a fim de que as mulheres pudessem compartilhar¹ experiências e informações sobre as práticas e saberes tradicionais Yanomami no acompanhamento da gestação, parto e pós-parto.

Uma nova formação de professores foi iniciada com a realização de processo seletivo que contou com a participação de 126 candidatos de todos os xapono dos rios Marauíá e Demeni. Para esta etapa, foram disponibilizadas 51 vagas. A formação inicia em 2022 e tem duração prevista para cinco anos.

Ao longo desses 25 anos de presença junto ao povo Yanomami, a Secoya, através de seus programas de atuação, contribuiu de modo significativo ao estabelecer as bases de uma educação escolar diferenciada nas aldeias, numa perspectiva bilíngue, intercultural e diferenciada hoje reconhecido pelo governo. Estimulou ações importantes no intuito de garantir condições de subsistência que atendessem a nova realidade do povo Yanomami além de criar as bases para um processo organizativo ainda em consolidação entre os Yanomami do Amazonas.

É possível ainda afirmar que a Secoya conseguiu construir uma relação privilegiada com o povo Yanomami, através de uma ação contínua na luta pela defesa de seus direitos, num contexto de efetiva marginalização e de rápidas mudanças na estrutura sociocultural por conta das influências externas a vida das aldeias.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Enquanto associação civil, a estrutura organizacional da Secoya é constituída a partir da Assembleia Geral, que representa a instância maior de decisão, formada pelos membros, por uma Diretoria Executiva, da qual um é indígena e um Conselho Fiscal, além dos Departamentos de trabalho. A Diretoria e o Conselho Fiscal da Secoya são eleitos para o prazo de 02 anos. Além disso, a Secoya abriu espaço para que alguns Yanomami pudessem representar o seu povo na qualidade de membro da instituição, participando das assembleias e dos seus eventos mais importantes.

Esta é uma realidade incomum no mundo indígenista e que a Secoya faz questão de valorizar e consolidar, entendendo que os próprios interessados devem ser progressivamente capacitados para assumir uma corresponsabilidade na defesa de seus interesses.

Para viabilizar suas ações junto ao povo Yanomami, a Secoya dispõe da seguinte estrutura:

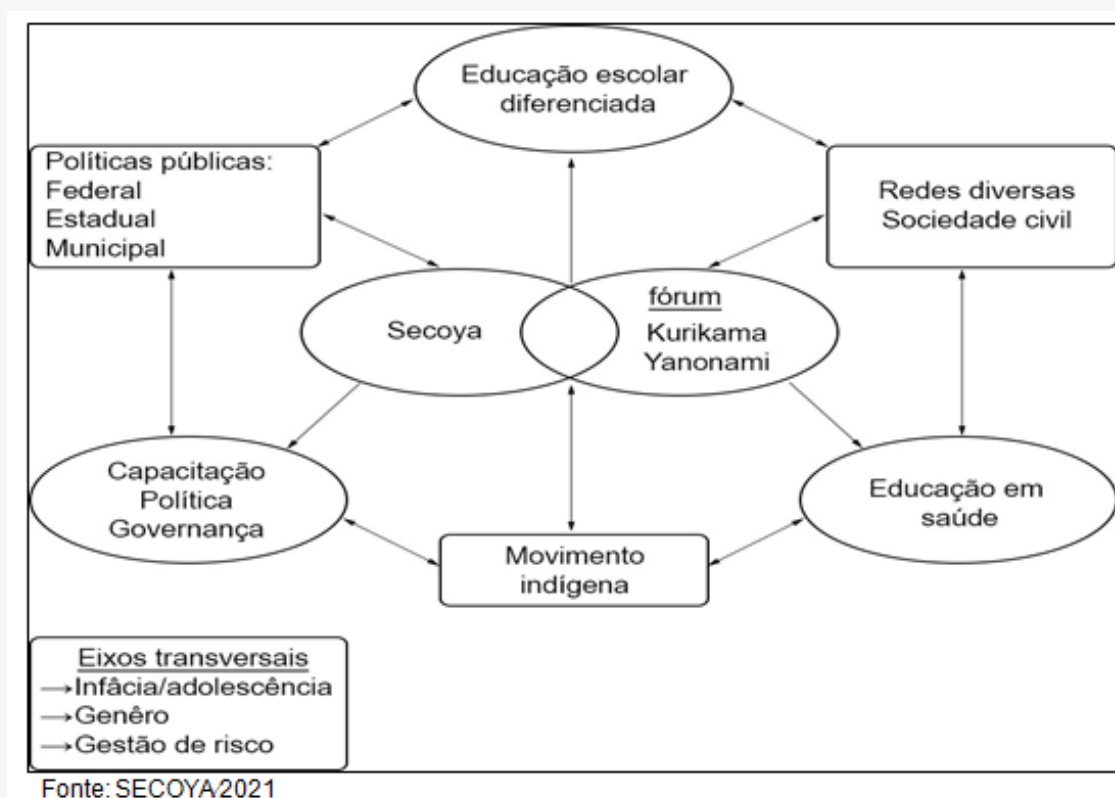
- Uma sede administrativa alugada na cidade de Manaus, onde são planejadas e organizadas todas as ações em campo, assim como as articulações e a gestão de todos os projetos;
- Uma sede institucional própria na cidade de Santa Isabel do Rio Negro, servindo ainda de base operacional para as atividades realizadas no rio Marauíá;
- Uma licença radiofônica para comunicação entre as bases da Secoya e os Yanomami dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro - AM;
- Equipamento de transporte fluvial.



As ferramentas de monitoramento de execução dos recursos são alimentadas pela administração e trabalhadas em conjunto com os coordenadores de programa, possibilitando uma melhor visão da execução do convênio e de planejamento dos gastos. Esse trabalho possibilita melhor relação e integração entre administração e programas.

O controle e fiscalização das ações deste departamento são realizados através de auditorias externas, feita pelos próprios financiadores e internas através do Conselho Fiscal da Secoya.

Figura 1. Esquema demonstrativo da assessoria da Secoya com o povo Yanomami



AMEAÇAS

TERRITÓRIO



As Terras Indígenas, que deveriam ser protegidas pelo Estado brasileiro, vem sofrendo todo o tipo de ataque: de invasões a especulação por parte de empresas interessadas na exploração econômica dos recursos naturais a negligência do poder Executivo e Legislativo em relação à proposição e votação de leis que não são discutidas com os povos originários.

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) já denunciou os ataques do presidente Jair Bolsonaro aos indígenas, apontando a violação de tratados internacionais. Desde os primeiros contatos com a sociedade nacional, os Yanomami sofrem da intervenção econômica em seu território e encontram-se constantemente ameaçados e sujeitos a uma série de interferências no seu modo de ser e de vida.[6]

“A TERRA INDÍGENA DO POVO YANOMAMI TESTEMUNHA VIOLENTAS INVASÕES COM USO OSTENSIVO DE ARMAS DE FOGO E PERSEGUIÇÕES DEVIDO À INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE GARIMPEIRA DESDE 2020, QUANDO HOUEVE UM AUMENTO DE 30% NA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO, O QUE REPRESENTA UMA ÁREA DE 2.400,00 HECTARES”

Relatório Cicatrizes na floresta - Instituto Socioambiental em parceria com Hutukara Associação Yanomami e Wanassedume Associação Ye'kwana.

6 - <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/23/onu-denuncia-ataques-de-bolsonaro-aos-indigenas-e-cita-violacao-de-tratados.htm>

AMEAÇAS

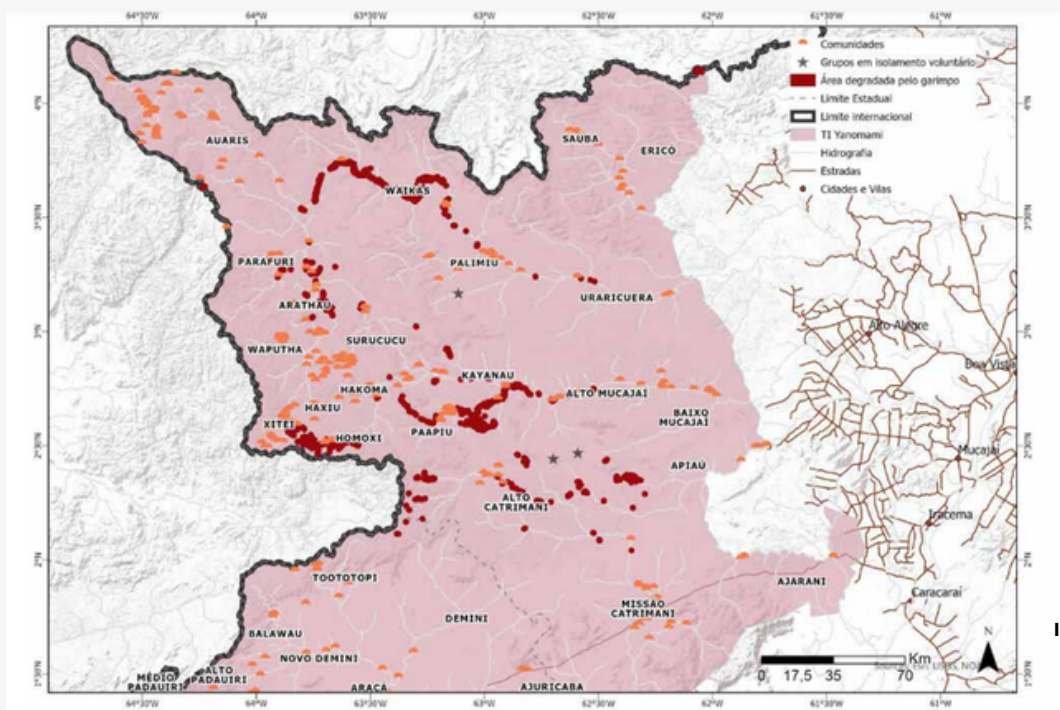
O monitoramento aponta que as bacias de, ao menos, quatro rios da TI Yanomami (Mucajaí, Uraicoera, Catrimani e Parima) estão entre as mais afetadas. Os garimpeiros tomaram o Porto do Arame, localizado no rio Uraicoera, ponto estratégico na TI Yanomami, uma vez que é o meio de acesso ao território. Os garimpeiros passaram a controlar o fluxo do ponto, chegando até a cobrar pedágio dos próprios indígenas. [7]

O Supremo Tribunal Federal (STF) se manifestou nos autos da ADPF 709 determinando a retirada dos invasores da TI Yanomami, em maio de 2021. Apesar disso, o que se vê é a intensificação dos conflitos, com episódios trágicos, como o atropelamento do jovem Edgar Yanomami, de 25 anos, por um avião de propriedade dos garimpeiros, na Comunidade Homoxi, dentro da TI Yanomami. Algumas terras indígenas sofrem enormemente os impactos desses processos.

Mesmo assim, a destruição provocada pelo garimpo na TIY cresceu 46% em relação a 2020, o maior crescimento observado desde que o nosso monitoramento iniciou, em 2018, segundo dados do relatório “Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo”, da Associação Hutukara Associação Yanomami.

Os dados apontam que, dos 37 polos-base do Distrito Sanitário existentes, 18 possuem registro desmatamento relacionado ao garimpo. Considerando os polos que não têm registro de desmatamento no satélite, mas com informações sobre a atuação de balsas ou pequenos grupos de garimpeiros, esse conjunto seria de 24 polos-base.

Em relação ao impacto direto do garimpo sobre os recursos hídricos, os principais rios e Igarapés afetados atualmente são: rio Mucajaí (180 km), rio Uraicoera (150 km), rio Couto Magalhães (50 km), rio Parima (35 km), rio Apiaú (30 km), Igarapé Inajá (10 km), rio Novo (10 km), Igarapé Surucucus (4 km), rio Catrimani e rio Lobo d’Almada.



Mapa 1: Área degradada pelo garimpo na TIY. Fonte: relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, pg 17

7 - <https://apiboficial.org/2021/05/11/apib-pede-que-stf-determine-a-retirada-dos-invasores-da-ti-yanomami/>

AMEAÇAS

Todavia, é preciso ressaltar que alguns dos impactos do garimpo possuem um alcance muito maior do que aqueles observados na floresta e nos rios. Dentre esses, a disseminação de doenças infectocontagiosas (em especial a malária), a contaminação pelo metilmercúrio, subproduto do garimpo, e a sobrecarga no sistema de saúde local, o que diretamente 273 comunidades, abrangendo mais de 16.000 pessoas, ou 56% da população da Terra Indígena Yanomami.

CURSO D'ÁGUA	TRECHO IMPACTADO PELO GARIMPO
Rio Uraricoera	~150 km
Ig. Inajá	~10 Km
Rio Parima	~35 km
Ig. Surucucu	~4 Km
Rio Mucajai (cabeceira)	~30 Km
Rio Mucajai (Médio curso)	~150 Km
Rio Couto Magalhães	~50 Km
Rio Apiaú (Cabeceira)	~30 km
Rio Novo	~10 Km
Rio Catrimani	~65 km
Rio Lobo d'Almada	~5km

Quadro 2: Cursos d'água impactados pelo garimpo.
Fonte: relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, pg 18.

Em outubro de 2021, a Secoya apoiou a coleta de amostras no rio Marauíá e nascentes de seus afluentes por meio de uma parceria com o projeto da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para medição do nível de metilmercúrio dentro do território Yanomami, em Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. O resultado está em fase de processo e análise pelo departamento de Química.

"UM DOS EFEITOS DIRETOS MAIS DRAMÁTICOS OBSERVADOS COM O CONTINUADO AVANÇO DA EXPLORAÇÃO DA TIY PELO GARIMPO É O AUMENTO DAS AMEAÇAS À SEGURANÇA DAS DIFERENTES COMUNIDADES E LIDERANÇAS QUE SE OPÕEM PUBLICAMENTE À ATIVIDADE NA TERRA INDÍGENA. À MEDIDA QUE OS NÚCLEOS GARIMPEIROS ILEGAIS SE PROLIFERAM E CRESCEM NAS DIFERENTES REGIÕES DA TIY, AS COMUNIDADES VIZINHAS SENTEM A PERDA DO "CONTROLE" SOBRE O SEU ESPAÇO DE VIDA. ISTO PORQUE A INSEGURANÇA OS DISSUADE DE CIRCULAR PELA REGIÃO, SEJA EM RAZÃO DE AMEAÇAS EXPLÍCITAS DE GARIMPEIROS CONTRA SUAS VIDAS, SEJA EM RAZÃO DA SIMPLES PRESENÇA HOSTIL DE NÃO-INDÍGENAS. É RECORRENTE A QUEIXA DE LIDERANÇAS SOBRE A INTENSA CIRCULAÇÃO DE GARIMPEIROS FORTEMENTE ARMADOS E AS CONSEQUENTES INTIMIDAÇÕES PARA QUE OS INDÍGENAS COADUNEM COM AS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELOS INVASORES. EM MUITOS RELATOS, OS MEMBROS DAS COMUNIDADES DISSERAM SOFRER COM A RESTRIÇÃO A SEU LIVRE TRÂNSITO NA TERRA INDÍGENA, DEIXANDO DE USUFRUIR DE ÁREAS UTILIZADAS PARA A CAÇA, PESCA, ROÇA, E DA COMUNICAÇÃO TERRESTRE E AQUÁTICA COM AS COMUNIDADES DO MESMO CONJUNTO MULTICOMUNITÁRIO".

Relatório Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo, pg. 111



SAÚDE

A situação de insegurança generalizada imposta pelo aumento da circulação de garimpeiros armados nas diferentes regiões do território Yanomami traz ainda outro problema dentro do território: medo e transtornos aos profissionais de saúde que, não raras vezes, abandonam os postos, a exemplo do que foi registrado em Palimiu, Roraima, prejudicando o atendimento dos mesmos. As comunidades se queixam, ainda, do desvio de medicamentos reservados para os indígenas para atendimento de garimpeiros.

A esse cenário soma-se a desestruturação e má-gestão do atendimento à saúde indígena realizado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami. Os prejuízos causados pelo garimpo ilegal à saúde dos indígenas também são evidentes em uma maior incidência de doenças infectocontagiosas entre as comunidades indígenas afetadas pelas invasões.

O pesquisador Paulo Basta, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, e um dos colaboradores do relatório do relatório da Hutukara Associação Yanomami, afirmou, em entrevista ao jornal O Globo, que “os efeitos do garimpo nas comunidades lanomâmis reforçam um caos sanitário não visto desde a década de 1980”.

Na época, ele explica que havia incentivos governamentais e filantrópicos para controlar a proliferação de doenças nas regiões, principalmente a malária, que é endêmica, mas que, nos últimos anos, a participação dos setores diminuiu ao ponto de os indígenas voltarem ao quadro de risco.[8]

Além disso, a atividade garimpeira está diretamente associada à contaminação de mercúrio, com danos irreversíveis aos indígenas afetados. Lideranças indígenas denunciam aumento da incidência de doenças neurológicas entre recém-nascidos nas comunidades Yanomami, mas estas não passaram por um diagnóstico de contaminação de mercúrio apesar de haver orientação normativa nesse sentido. [9]

8 - <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/52944>

9 - <https://amazoniareal.com.br/desnutricao-yanomami/>

Todo esse contexto tem um impacto direto aos padrões de baixa estatura entre os Yanomami. Apesar de ser um padrão crônicos entre povos indígenas em todo o mundo, a prevalência de baixa estatura acima de 80% foi relatada apenas entre crianças Yanomami, destacando o estado nutricional crítico deste grupo, conforme aponta artigo científico publicado em setembro de 2021.[10]

Desnutrição infantil

As temáticas da desnutrição infantil e da segurança alimentar foram longamente

analisadas pelo programa de educação em saúde da Secoya entre os anos 2011 e 2019. Neste documento, queremos ressaltar que a desnutrição infantil raramente tem como causa principal a insegurança alimentar, mas decorre de um processo multifatorial onde as crianças adoecem de maneira repetitiva, levando ao longo do tempo em uma perda de peso significativa, até chegar a um estado de desnutrição grave (caracterizado pelo peso baixo pela estatura) e/ou crônica (caracterizada pela baixa estatura pela idade).

Esta conclusão fundamenta-se num amplo trabalho de campo realizado desde o ano



2013, durante o qual se iniciou um processo de capacitação sobre este tema com os AIS (Fontes: Relatório do programa de educação em saúde - Secoya 2013). Diversos cursos foram dedicados à aprendizagem, por estes agentes, do preenchimento e interpretação das curvas de crescimento das crianças.

Atualmente, as curvas estão incluídas na caderneta de saúde da criança, ferramenta do Ministério da Saúde cuja atualização periódica de seu conteúdo é fundamental para um acompanhamento do

desenvolvimento integral da criança, além de ser uma parte integrante da estratégia AIDPI (Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância).

Em 2013, a partir do preenchimento das curvas de crescimento nos xapono do Rio Marauaiá, para cada criança que se identificou uma perda de peso, foi realizada investigação para os possíveis fatores de emagrecimento, seja através dos prontuários ou a partir de inquéritos juntos aos pais. As causas majoritariamente identificadas foram: as doenças diarreicas e parasitárias, as doenças respiratórias e a malária,

10 - <https://amazoniareal.com.br/maes-e-criancas-yanomami-tem-deficit-de-estatura-intergeracional/#:~:text=Apesar%20dos%20padr%C3%B5es%20cr%C3%B4nicos%20de,grupo%20%5B24%2C25%5D>

Ao longo dos meses, a análise da dinâmica da curva de crescimento confirmou este processo que pode levar a um estado de desnutrição severa, se não houver uma atuação na fase inicial de perda de peso, conforme preconizado pela estratégia AIDPI.

O que se percebe, em função destes inquéritos e da experiência, é que apenas em raros casos o adoecimento é devido a uma situação de insegurança alimentar. Outras pesquisas em campo permitiram identificar que a alimentação das crianças Yanomami é de pouca variedade, especialmente em certo período do ano, principalmente baseada no consumo de carboidratos (porém em quantidades adequadas) e relativamente pobre em proteínas, podendo provocar carências em nutrientes e vitaminas.

É importante entender a diferença entre carências específicas, também chamadas de “fome invisível”, pelo fato de não necessariamente provocar uma perda de peso, e a desnutrição crônica (caracterizada pela baixa estatura pela idade, situação que se estabelece de maneira insidiosa ao longo dos anos) e a desnutrição aguda, onde o emagrecimento é nítido. Cada uma dessas problemáticas requer uma intervenção específica.

Assim, as carências específicas se previnem e são tratadas pela suplementação em ferro, vitamina A e outros micronutrientes, conforme recomendado pela Estratégia NutriSUS. A desnutrição crônica requer igualmente uma suplementação em micronutrientes, o aumento da variedade e quantidade de alimentos, além de uma vigilância específica, considerando a baixa imunidade e as frequentes sequelas cognitivas nas crianças, enquanto a desnutrição severa, na sua forma mais grave, que é o marasmo, representa uma situação emergencial, que necessita de um atendimento global, levando em consideração o enfraquecimento dos órgãos vitais, as infecções concomitantes, somado muitas vezes a um estado de desidratação. Nesses casos, o tratamento deve ser realizado numa unidade de alta complexidade.

Mais uma vez, vale ressaltar que a desnutrição severa não se instala de um dia por outro, mas decorre de uma falha nas ações de acompanhamento do peso e de vigilância nutricional.

Conforme preconizado pela estratégia AIDPI, após preencher a curva de crescimento e tendo identificado uma perda de peso em relação à pesagem anterior (mesmo que a criança apresente no momento do exame um peso adequado), cabe aos profissionais realizar as ações de educação em saúde (conforme os princípios da atenção básica) junto aos pais, orientando-os sobre as bases de uma alimentação saudável e as medidas de higiene necessárias para evitar doenças infecciosas.



Quando se identifica uma criança com baixo peso ou muito baixo peso, mas sem sinais de gravidade, o tratamento da desnutrição deve incluir a administração de uma suplementação alimentar, na forma de uma preparação pastosa, compostas por alimentos de cada grupo de nutrientes (carboidratos, proteínas e lipídios) em quantidade e valores nutricionais padronizados, administrada em 4 a 6 porções durante o dia. Essa ação, que compõe a atenção integral à saúde indígena, permite, na maioria dos casos, reverter o quadro de desnutrição aguda em poucas semanas.

Infelizmente, ao longo desses 10 últimos anos, a Secoya observou e denunciou de maneira repetitiva as graves falhas no acompanhamento da situação nutricional das crianças. Essas se devem tanto pela falta recorrente de material adequado,

o não preenchimento das curvas (no Marauí podemos até falar da impossibilidade de preencher as curvas, já que as cadernetas das crianças estão sendo conservadas na sede de Santa Isabel do Rio Negro, impossibilitando a comparação entre as pesagens in loco), o desconhecimento dos profissionais sobre o diagnóstico, a prevenção e o tratamento da desnutrição infantil. Observou-se de maneira sistemática o não fornecimento de alimentos adequados para o preparo de suplementação alimentar, somado à sua preparação e administração fora da conformidade das recomendações.

Considerando o plano de ação apresentado pelo DSEI YY, podemos concluir que essas práticas permanecerão inalteradas, salientando que, tanto o processo de capacitação proposto, quanto o material e a alimentação prevista, não contemplam as reais necessidades que possam reverter processos de desnutrição que venham a ser identificados. Reiteramos a importância de incluir nutricionistas nas EMSI para assegurar a continuidade e a qualidade das ações de vigilância nutricionais em campo e reforçar a capacitação dos profissionais, incluídos os AIS.

3.2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRATÉGIA AIDPI E O ENFRENTAMENTO À MORTALIDADE INFANTIL

Conforme mencionado acima, uma aplicação adequada da estratégia AIDPI (Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância) permite prevenir e tratar a desnutrição infantil, reduzindo assim de maneira significativa a mortalidade infantil. Essa estratégia foi desenvolvida no início dos anos 90 pela OMS e a UNICEF, com o objetivo de reduzir a mortalidade e morbidade nas crianças dos “países do Sul”.

A abordagem se concentra nas principais causas de morte em crianças e visa melhorar as competências dos agentes e profissionais de saúde na atenção primária, fortalecer o sistema de saúde e reforçar as práticas do cuidado ao nível familiar e comunitário.

A implantação da estratégia AIDPI no Brasil iniciou em 1997 em 04 Estados do Norte e Nordeste e alcançou a globalidade do país em 2001 (Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, Módulo 1, Ministério da Saúde, 2002). No entanto, ainda 15 anos foram necessários para alcançar o DSEI YY.

A estratégia norteia-se numa metodologia que preconiza:

- 1) A avaliação da criança;
- 2) A classificação da doença;
- 3) A identificação do tratamento;
- 4) A aplicação do tratamento;
- 5) O aconselhamento a mãe ou o acompanhante;
- 6) O planejamento da consulta de retorno.

Deste modo, através da avaliação dos sinais - sintomas e a identificação dos “sinais gerais de perigo” é possível ponderar a gravidade da doença. Isto é fundamental para decidir em tempo oportuno da necessidade ou não de remoção, tomando em consideração os meios e tratamentos a disposição no posto de saúde.

Ao longo dos anos, as avaliações realizadas pela OMS confirmam a pertinência da estratégia, revelando uma diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade das crianças menores de 05 anos.

“INSTAURADA CORRETAMENTE, A ESTRATÉGIA (...) GARANTE A AVALIAÇÃO COMPLETA DAS DOENÇAS GRAVES COMUNS, DO ESTADO NUTRICIONAL E DA IMUNIZAÇÃO, FACILITA INTERVENÇÕES RÁPIDAS E BARATAS, MELHORA A MANEIRA COMO OS PAIS SÃO ORIENTADOS E ACONSELHADOS NO CUIDADO DA CRIANÇA, FORTALECE OS SERVIÇOS PREVENTIVOS E APOIA OS AGENTES DE SAÚDE NA IMPLANTAÇÃO DE DIRETRIZES NACIONAIS”

Tradução livre, Manuel sur la Prise en Charge intégrée des maladies de l'enfant, OMS/UNICEF, 2001

Porém, se confirmou certa tendência em aumentar os números de remoção, considerando que os postos de saúde da atenção básica carecem regulamente de materiais, remédios e infraestrutura para atender os casos graves. No contexto do DSEI YY, sabemos que a situação é parecida. No entanto, a parte significativa dos pacientes removidos para os serviços de média e alta complexidade de Boa Vista poderiam ser atendidos no território se houve polos bases de tipo II devidamente estruturados em cada região.

No que diz respeito à aplicação do AIDPI em campo, a Secoya observa:

- O não reconhecimento dos sinais gerais de perigo pelos profissionais, tendo levado em alguns casos à morte de crianças (segundo relatos dos AIS);
- Profissionais usando as ferramentas do AIDPI apenas para identificar o tratamento e desconsiderando totalmente as ações de aconselhamento e educação em saúde;
- A ausência de avaliação do estado nutricional da criança a partir das curvas de crescimento;
- A falta de capacitação dos profissionais;
- A ausência de capacitação dos AIS sobre a estratégia.

Este último ponto merece certo aprofundamento. Nas versões originais, a OMS e a UNICEF enfatizam que: "A estratégia AIDPI pode ser realizada por médicos, enfermeiros e outros agentes de saúde que cuidam de recém-nascidos e de crianças doentes de uma semana até 05 anos de idade. Ela foi concebida para estabelecimentos de atenção primária, tais como postos de saúde (...) e serviços de tratamentos ambulatoriais nos hospitais"(Tradução livre, Manuel sur la Prise en Charge intégrée des maladies de l'enfant, OMS/UNICEF, 2001).

Já na versão do Ministério da Saúde brasileiro, foi retirado o termo "agente de saúde", ficando a tradução deste parágrafo: "A estratégia AIDPI pode ser utilizada por profissionais da saúde habilitados; médicos, enfermeiros que trabalham com lactentes e crianças desde o nascimento até 5 anos de idade".

Vale ressaltar que a estratégia original é fundamentada no indispensável alcance das localidades remotas e na capacitação e treinamento de todos os atores da saúde, principalmente aqueles em contato mais direto e contínuo com os pacientes, sendo os agentes de saúde. Perante a ausência de capacitação da AIDPI para os AIS, a Secoya se deparou com a seguinte argumentação do DSEI YY: "Considerando que se trata de uma formação continuada reconhecida e certificada pelo MEC, os AIS cuja escolaridade muitas vezes não está concluída, não podem ter acesso a capacitação".

No entanto, considerando as fraquezas recorrentes da rede de radiofonia, a falta de profissionais em campo, situação que demandou uma reorganização dos serviços (como no Marauíá onde algumas UBSIs foram escolhidas como unidades de referência e outros postos colocados sob sua adstrição) e em consequência o atendimento médico e de enfermagem sendo realizado na forma de campanhas quinzenais, os AIS são regularmente confrontados com emergências médicas, tendo que tomar iniciativas sem orientação ou supervisão a fim de tentar salvar a vida da pessoa. Este abandono leva os AIS a assumir a distribuição de remédios e aplicação de injetáveis mesmo que a sua função não contempla essas atribuições. Esta situação foi ampliada desde o início da pandemia e alguns AIS demonstram claros sofrimentos quando evocam os freqüentes períodos durante os quais se sentiram totalmente desamparados.

Diante dessas considerações, enfatizamos que para o enfrentamento a mortalidade infantil é imprescindível que o DSEI YY assegurasse a devida implantação da estratégia AIDPI, reforçando a formação continuada das EMSI, construindo pólos bases de tipo II nas regiões descobertas, assegurando a rede de radiofonia e oferecendo capacitação adequada para os AIS.

Sugerimos que a SESAI assumisse a organização de um projeto de formação de AIS com supletivo ou EJA permitindo a devida qualificação dos agentes.



3.2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE MATERNA E AS AÇÕES DE PRÉ-NATAL

No que diz respeito ao coeficiente de mortalidade materno, a meta estabelecida pelo Governo no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) visa “até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos” (Fontes: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo3/indicador311>). Os dados apresentados pelo DSEI YY no “plano de ação emergencial” mencionam a ocorrência de 03 óbitos maternos em 2020 e 01 em 2021. Sabemos que as informações de 2021 estão incompletas, salientando que o óbito materno ocorrido na Missão Marauiá em outubro de 2021 não está contabilizado. Este documento não apresenta dados sobre nascidos vivos para conferir o coeficiente global. Além disso, está sendo apresentado um comparativo entre os anos 2020 e 2021, deixando supor uma melhoria (até o alcance da meta dos ODS) com um coeficiente de mortalidade materna de 37,79. Salientando que se trata de uma amostra populacional reduzida, este dado não é um justo reflexo da realidade no território Yanomami. Vale ressaltar que este coeficiente se calcula por 100.000 nascidos vivos e que a omissão de um só óbito, pode reduzir essa taxa pela metade.

Mas muito além desses dados, é importante frisar das causas tendo levadas a óbitos maternos. Ao longo desses últimos anos, a equipe da Secoya escuta relatos e presencia situações que demonstram a ineficiência das medidas de pré-natal, salientando que ocorre com regularidade casos de eclampsia, hemorragia do pós-parto, partos complicados com criança em posição atravessada (como o caso de morte materna ocorrido em 2021, durante a Assembleia da Kurikama). Essas situações podem ser prevenidas com um pré-natal de qualidade.

No plano de ação, a SESAI menciona a realização de capacitações e “consultas de pré-natal com oferta de testes rápidos preconizados”. Na realidade atual, as ações de pré-natal observadas em campo contemplam:

- A pesagem da mulher gestante (porém muitas vezes falta balança) e o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC);
- A medição da altura uterina e o cálculo da data provável do parto;
- A medição dos sinais vitais da mãe e do ritmo cardíaco do feto;
- A verificação do posicionamento fetal;
- A oferta de suplementação em ferro e ácido fólico;
- A oferta de vacinas preconizadas na gestação.



No que tange aos exames de laboratório preconizados, apenas ocasionalmente observou-se a disponibilidades de testes rápidos para diagnóstico de Sífilis, Hepatite e AIDS, lembrando que o diagnóstico precoce permite a prevenção da transmissão vertical do HIV e da Sífilis. Não há tiras reagentes de urina, essenciais para diagnosticar infecções urinárias (causa de aborto e outras complicações) e para confirmar uma pré-eclampsia, nem glicômetro para avaliar os riscos de diabetes gestacional.

Nos postos, não há disponibilidade de Sulfato de Magnésio

para prevenção das convulsões nas mulheres apresentando um quadro de pré-eclampsia. Além da falta de materiais e testes, observa-se de maneira repetitiva ações sendo realizadas pelos técnicos de enfermagem, sem ter o domínio adequado para a identificação de sinais de complicação (como o fato de não acordar a devida importância de uma hipertensão na mulher gestante, sinal de pré-eclampsia). Este contexto está na base do número elevado de complicações de parto e óbitos maternos e infantis.

3.2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AÇÕES VOLTADAS AO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

“Cada real investido em saneamento economiza 04 em gastos à saúde”- Organização Mundial da Saúde

Desde o início do programa de educação em saúde em 2011, considerando a solicitação dos Yanomami que vinham sofrendo de repetidas epidemias de diarreia e verminoses, a Secoya desenvolveu ações a procura de alternativas para melhorar a qualidade da água de consumo nos xapono. A primeira etapa deste trabalho foi dedicada à informação e sensibilização da população sobre o processo de contaminação da água, bem como a sua estreita relação com as doenças diarréicas e a desnutrição infantil. De maneira concomitante, procurou-se implantar medidas domiciliares de purificação de água (fervura, filtração, cloração e método SODIS) e diversas ações e palestras foram realizadas abordando as temáticas da higiene e do saneamento.

Em 2015, uma parceria com o Instituto de Pesquisa na Amazônia - INPA deu início a um projeto visando à implantação de sistemas de purificação de água “Ecolágua”. Essa tecnologia funciona a partir dos princípios de filtração e radiação da água por raios ultravioletas e é composto de equipamentos movidos à energia solar, permitindo fornecer água potável a pequenas comunidades. Desde então, a questão da água e saneamento transformou-se num eixo predominante do programa, identificado como sendo de maior impacto (junto ao combate à malária) para a redução da desnutrição e, em consequência, da mortalidade infantil. De maneira concomitante à instalação dos sistemas de purificação de água, para assegurar as devidas manutenções e as ações de educação em saúde, a Secoya desenvolveu cursos e oficinas para os AISAN.

Em 2019, foi finalizado um primeiro ciclo, totalizando 06 módulos de capacitação, por uma carga horária de 500 horas. 35 Yanomami oriundos de 14 xapono do Rio Marauaiá beneficiaram de um ou várias etapas de capacitação. Ao longo desse processo, a Secoya acompanhou igualmente a instalação pelo DSEI YY dos sistemas de purificação de água “Salta Z” e constatou sua eficácia, comunicando a respeito com os AISAN no intuito de valorizar esta iniciativa.

Forte dessas experiências e considerando o plano de ação proposto pelo DSEI YY, vimos compartilhar as seguintes observações:

- A implantação de qualquer sistema de água deve ser amplamente discutida com os habitantes do xapono, assegurando-se da plena anuência das lideranças e das mulheres, sendo geralmente elas que exercerão a função de avaliação do sistema e de fiscalização do desempenho do AISAN;
 - A implantação de qualquer sistema de água, sendo ele comunitário (como o Salta Z) ou pensado para fornecer água apenas ao nível familiar (tais como os filtros de barro) requeira o acompanhamento do AISAN, garantindo assim o uso e a manutenção adequada;
 - A portaria N° 1.088, DE 04 DE JULHO DE 2005 que dispõe sobre a composição e organização das equipes multidisciplinares de atenção à saúde indígena garante a devida contratação dos AISAN nos xapono onde há sistema de purificação de água;
 - Para pretender ter um impacto na saúde, o AISAN deve ser capacitado e treinado para poder exercer uma função ampliada, que não se resume apenas a fazer funcionar um sistema de água, mais sendo capaz de identificar problemas de saneamento nos xapono, elaborar plano de ações ao nível da comunidade, realizar ações de educação em saúde, além de produzir informações.
- Lembramos que para ter um impacto na taxa de doenças diarréicas é fundamental ter uma abordagem pluricausal e que o AISAN tem uma função essencial nesse processo. Pesquisas sobre a eficácia das medidas de prevenção indicam que o acesso à água potável reduz de 39% a incidência da diarreia. Outras medidas essenciais devem ser adotadas tais como a lavagem de mãos com sabão, que reduz essa incidência de mais 44% e o destino correto das matérias fecais com uma redução de mais 32% (“Water, sanitation, and hygiene interventions to reduce diarrhea in less developed countries”, Fewtrell et al.,2005)
 - Os sistemas “Salta Z” garante uma água de qualidade, porém, para assegurar seu bom funcionamento, é imprescindível implantar um processo contínuo de capacitação, treinamento e supervisão dos AISAN;
 - O AISAN e o AIS são atores fundamentais para garantir uma boa aceitação pelos habitantes da água oriundo dos sistemas (apesar do sabor clorado da água).



3.2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS DE LUTA CONTRA A MALÁRIA



Conforme a Secoya já alertou, há anos que a malária na região do Rio Marauiá se mantém em elevados patamares de dispersão e manutenção da transmissão. As intervenções realizadas de modo pontual pelo DSEI YY nesses últimos anos não demonstraram resultados.

Considerando a área geográfica da região do Marauiá, bem como a ocupação do território, no qual os Yanomami realizam freqüentes deslocamentos entre regiões e mantêm contatos com grupos familiares oriundos da Venezuela, uma ação global e sistemática deve ser planejada. Segundo informações discutidas com o Dr. Oneron de Abreu Pithan, responsável do setor da malária do DSEI YY, o controle da malária é possível do momento que sejam realizadas ações integrais de controle focadas e executadas concomitantemente a partir dos 6 grupos comunitários, de modo a proporcionar efetivo impacto na redução da transmissão.

Porém, os recursos humanos previstos pelo DSEI YY no plano de ação emergencial não correspondem à proposta de atuação elaborada pelo Dr. Pithan para qual pelo menos 04 equipes de 03 ACE são necessárias, além dos profissionais para garantir um serviço de campo contínuo.

3.2.6 COVID-19

Os impactos da pandemia de Covid-19 que acometeu a população mundial desde o final de 2019 ainda têm sido mensurados em inquéritos e pesquisas de várias áreas de conhecimento. O que se sabe até agora é que os efeitos não são apenas fisiológicos, mas repercutem profundamente no campo da saúde mental, tanto em função do isolamento social, dos óbitos e da desestruturação das relações sociais relacionadas ao medo, insegurança e sofrimento envolvidos no processo pandêmico. No caso dos povos indígenas, esta é uma questão ainda mais

O primeiro caso notificado de Covid-19 entre indígenas no Brasil foi o de uma jovem Kokama de 19 anos, residente em Santo Antônio do Içá, Amazonas, no final de março de 2020. Nos meses seguintes o novo vírus espalhou-se rapidamente em cidades e aldeias, causando medo, preocupação e desolação. Dados da APIB mostram que até março de 2022 foram 162 povos indígenas atingidos pelo Covid-19 em todo o Brasil, com 1.288 óbitos decorrentes da doença.

A pandemia chegou à área Yanomami ainda em 2020, causando preocupação e repercutindo em movimentos de proteção dos xapono geralmente reservados às situações de ameaças como o wayumi, uma estratégia de deslocamento espacial utilizada historicamente pelos Yanomami para resguardo em casos conflitos e epidemias. O wayumi chegou a ser estimulado pelo próprio DSEI, via radiofonia, na tentativa de evitar o avanço do vírus, e empreendida no Marauíá por pelo menos dois xapono: Balaio e Tomoropiwei, por volta de abril e maio de 2020, com pouca efetividade, já que as populações destes xapono retornaram em poucas semanas para o lugar de habitação, em pleno pico pandêmico em Santa Isabel. Estes retornos antes do previsto se deram por conta das notícias dos acidentes ofídicos durante o deslocamento na mata dos moradores de Tabuleiro, pelo esgotamento de alguns produtos essenciais como sal e tabaco e, finalmente e pelos rituais funerários reahu (que consiste na queima dos ossos e incorporação das cinzas em alimento para consumo coletivo ritualizado).

Óbitos, ausência de atenção à saúde durante a pandemia e falta de insumos básicos como medicamentos, tornaram a pandemia um evento profundamente impactante para a saúde mental da população Yanomami do Marauíá. Entretanto, pelo aspecto transcultural, é necessário comentar de a complexidade envolvida nesta questão.

Segundo o Ministério da Saúde, no documento Atenção psicossocial aos povos indígenas: tecendo redes para promoção do bem viver (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019), que propõe ações para a saúde mental nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas a partir do que preconiza a Portaria de consolidação N° 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo 3 do Anexo XIV, publicada originalmente em 2007 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017), é preciso levar em conta que não há um entendimento unívoco do que seja saúde mental em povos indígenas, optando-se por buscar noções que dialoguem com a diversidade cultural e seus processos sociais, daí originando-se a noção de bem viver:

De maneira geral, compreende-se que a saúde mental ou psicossocial ou bem viver se referem a algo mais do que simplesmente a ausência de sofrimento ou doença, mas sim ao bem-estar ou bem viver individual, familiar e social/ comunitário (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, p. 7).

Em campo nos deparamos com casos de sofrimento agudo, como uma idosa do xapono do Balaio que havia perdido a filha e que chorava intensamente noites a fio. É fundamental entender os processos de luto dos indígenas e os impactos da pandemia neste âmbito, que tem um lastro enorme. Reforçamos este entendimento porque é preocupante que o DSEI aponte como única ação de abordagem da saúde mental entre os Yanomami a questão do alcoolismo. Existe uma gama de problemas como o suicídio e processos depressivos que não podem ser tratados de forma individual e isolada, não apenas para abordagem do que é apontado no documento de resposta do DSEI como e que o serviço de saúde possa oferecer apoio da forma mais conveniente e pactuada.

Esta perspectiva se mostra mais coerente do que a simples imposição de abordagens e metodologias que possam não se adequar a contextos sociais e culturais diversos, o que caminha junto com o que estabelece a Portaria nº 2.759/2007, diretriz da Política de Atenção Integral à Saúde Mental das Populações Indígenas: “apoiar e respeitar a capacidade das diversas etnias e das comunidades [...] para identificar problemas, mobilizar recursos e criar alternativas para a construção de soluções para os problemas da comunidade.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007, art. 1º).

Uma orientação importante da Portaria de consolidação N° 2 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017) é a importância dada à participação comunitária nos processos de enfrentamento ao sofrimento psíquico a partir do reconhecimento de que muitas sociedades indígenas já implementam estratégias de promoção do que chamamos de saúde mental. Esta postura preza pelos conhecimentos cotidianos da cosmologia, vida social e formas de ver o mundo que evita imposições e tratamentos invasivos. Por isso, há três pontos importantes a serem levados em conta nas ações de saúde mental e bem viver:

- A qualificação da EMSI para a abordagem do sofrimento mental: o trabalho de abordagem deste campo não pode ficar restrito ao psicólogo ou a outros

profissionais como enfermeiros e assistentes sociais, contribuindo para o isolamento dos problemas de saúde mental e para a discriminação, eventualmente da própria EMSI, em relação ao doente e à questão da saúde mental. Aqui é importante a noção de cuidado compartilhado, que pressupõe a formação da equipe na abordagem da saúde mental: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes indígenas de saúde, que com seu conhecimento sobre a comunidade são fundamentais neste processo. O apoio matricial como estratégia da ação das EMSI em seu território, envolvendo não apenas os profissionais ligados ao DSEI mas também professores, lideranças comunitárias etc., é fundamental. No contexto do Covid-19 esta formação deveria ser construída em bases que primassem pela multidisciplinaridade, envolvendo antropólogos e psicólogos na EMSI.

- Como já foi dito, os problemas não devem ser tratados de maneira individual, mas de uma perspectiva comunitária e sempre buscando abordagens que mais se aproximem da realidade das pessoas. Consultas coletivas, grupos de bem viver, visitas domiciliares e rodas de conversas são metodologias para romper com a perspectiva individual e que podem acessar de forma muito mais rápida e suave as redes de sociabilidade dos Yanomami (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).



- Além disso, durante a construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS)[1] é de extrema importância que usuários, famílias, grupos envolvidos e cuidadores tradicionais participem das negociações sobre as decisões terapêuticas. Esta conduta favorece a inclusão da rede de suporte social comunitária nos processos de cuidado, agregando os processos terapêuticos próprios da comunidade aos quais os profissionais de saúde podem não ter acesso. Não há possibilidades de levar tais ações adiante sem a participação, nas EMSI, de psicólogos e antropólogos, de modo a combinar os conhecimentos das duas áreas na formulação de abordagens não invasivas e eficazes da questão da saúde mental no âmbito do DSEI-YY.

A obrigação institucional do Estado brasileiro de agir para proteger as vidas indígenas e garantir a proteção territorial a suas terras, no contexto da pandemia de COVID-19, foi completamente ignorada. Foi preciso recorrer a um respaldo judicial para que as instituições agissem a fim de garantir a vida dessas populações. [12]

O desenvolvimento das ações do DSEI-YY nessa enorme abrangência geográfica associado à especificidade cultural do povo Yanomami requereria sim um profundo respeito dos saberes e das práticas tradicionais de saúde.

Como visto acima, exigiria ainda uma compreensão de como ocorrem os processos de saúde/doença na cultura Yanomami além de perceber os limites tanto quanto a complementaridade de cada orientação de saúde: a alopática, curativa e apenas emergencial ministrada pelo DSEI-YY; e a tradicional, envolvendo a fitoterapia, o cuidado e o xamanismo atuando num espectro totalmente desconhecido das equipes de saúde. Infelizmente, somente a observação em campo permite afirmar o quanto os saberes indígenas tradicionais são desrespeitados. Isto se deve ao fato de que existe ignorância e carga de preconceito das equipes em relação às concepções e modos de tratar os pacientes, diretamente associado ao mundo dos espíritos e ao equilíbrio psicossomático de toda a população.

O fato do DSEI-YY ser o mais oneroso do Brasil não pode ser justificado pelas condições de recente contato dos Yanomami ou pelas dificuldades geográficas. Há imperiosa necessidade de se realizar uma avaliação da operacionalidade das ações em campo, verificando estratégias de transporte, sinergias de ações complementares, racionalidade e dinâmica entre o transporte aéreo e fluvial das equipes, pacientes e acompanhantes, insumos e materiais. Exemplo disso é o crescimento de horas voos quando há precarização da assistência.

12 - <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/08/coronavirus-se-aproxima-de-indigenas-isolados-da-amazonia>



O fato do DSEI-YY revelar relutância na contratação de um corpo de profissionais no campo da antropologia e do indigenismo é a causa primeira da incompreensão da própria natureza da maioria dos desafios, conflitos, situação de violência, insegurança e erros no exercício da enfermagem e dos cuidados ministrados à população Yanomami. Inclusive, isto tem uma relação direta com o excesso de remoções para as CASAI's, tamanha a insegurança e profundo desconhecimento dos profissionais em relação aquilo que acontece no xapono com opaciente, com seus familiares, com o pajé, com os espíritose com a população toda.

Diante dessas considerações, sugerimos que seja dada prioridade absoluta na contratação de uma equipe de profissionais nos campos da antropologia, linguística e indigenismo que possa suprir as atuais e graves deficiências na condução do DSEI- YY.

A dinâmica de trabalho, as estruturas existentes no DSEI-YY e os meios colocados à disposição nas regiões de Santa Isabel, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, não correspondem à estrutura requerida para um atendimento qualificado. Com a atual estrutura existente, a atenção básica é tampouco garantida. A organização dos serviços continuacentralizada em Boa Vista-RR gerando custos de transporte e dificuldade de uma gestão mais próxima da realidade Yanomamido Amazonas. Acreditamos na realização de consulta pública para o aprofundamento e análise das estratégias as mais adaptadas para o atendimento da especificidade Yanomami da região do Amazonas. Continuamos acreditando que estrutura mais autônoma em termos de organização de serviços e logística bem como uma readequação dos programas fortalecendo as EMSI's e a suacapacitação, incluindo os atores Yanomami (lideranças, AIS, AISAN, Conselheiros, parteiras tradicionais, etc.), como um subdistrito, vinculado ao Dsei, mas com autonomia administrativa, pode ser a solução para esta situação que se agrava historicamente.

4. O QUE A SECOYA TEM FEITO?

O trabalho indigenista preconizado pela Secoya requer a coabitação entre as exigências políticas, sociais e aquelas voltadas para a gestão institucional no meio da sociedade brasileira, e a necessária capacidade de adaptação para atuar no universo sociocultural e linguístico totalmente distinto que exige respeito, compreensão e sensibilidade social e humana na perspectiva de um trabalho efetivamente diferenciado. Para tal, a equipe da Secoya foi constituída a partir da base reflexão-experimentação participativa, propondo uma dinâmica de trabalho indigenista e de paulatina mudança institucional que norteia de forma estruturante as atitudes e decisões da SECOYA, e podendo ser sintetizada nas seguintes premissas:

- As mudanças são tarefa coletiva;
- Pressupõem e partem de uma escuta ativa;
- São de corresponsabilidade dos Yanomami, parceiros e poder público;
- Consideram os sujeitos e uma ação político-metodológica;
- Encontram-se na perspectiva da autonomia, que é um processo que se dá passo-a passo.

Nessa perspectiva, a ação da Secoya pode ser considerada como um trabalho de base estabelecido no longo prazo, a partir do entendimento de que quaisquer mudanças no universo da interculturalidade requerem reflexão, adaptação, experimentação e principalmente, agregar os elementos e potencialidades voltadas para o processo de autodeterminação e construção da autonomia.

A partir das premissas acima apresentadas, o sentido da ação é defendido pela condição particular desta população e o propósito de um trabalho pioneiro afirmativo dos direitos da mesma, visto que a garantia destes direitos ainda se encontra fragilizada já pela falta ou limitadas regulamentações práticas necessárias.

Essa afirmação de direitos é proporcionada através de uma gestão participativa no sentido de fazer “com os Yanomami e não para os Yanomami”. O aumento das capacidades dos Yanomami tanto em relação às políticas de estado quanto às demandas internas de organização face às rápidas mudanças que ocorrem no universo Yanomami.

O pouco domínio da língua portuguesa, o processo relativamente recente de alfabetização e do domínio da escrita, as experiências negativas e as interferências provocadas pelo contato com a população regional representam desafios que precisam ser enfrentados.

4.1 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA

A Educação Diferenciada é uma ação político-educativa em direção ao empoderamento e protagonismo do povo Yanomami, favorecendo uma governança proativa em relação à vida no território e a construção de um futuro digno. O espaço da escola tem permitido abordar questões importantes para o povo Yanomami tais como: a promoção de uma educação para a cidadania, o fortalecimento da autoestima e afirmação da identidade étnica diante dos desafios na relação com a sociedade envolvente, a sustentabilidade em seu território e outros.

Preconiza-se contribuir na construção de uma Matriz Educacional Yanomami reconhecida e apoiada pela Secretaria de Educação do estado do Amazonas, projeto que está em andamento por meio da construção do documento e da articulação junto ao Governo do Estado do Amazonas.

São princípios da Educação diferenciada:

- Formação de professores indígenas;
- Elaboração de materiais didáticos bilíngues;
- Processo educativo de indivíduos respeitando às diferenças sociais e linguísticas da comunidade;
- Acompanhamento de professores;
- Observação das necessidades e desafios enfrentados pelo professor no dia-a-dia;

Em 2015, a Secoya, com o apoio do seu Parceiro Terra dos Homens da Suíça, realizou uma avaliação do seu Programa de Educação referente aos anos 2010 a 2014, o que permitiu criar as bases para a consolidação do processo de educação escolar diferenciada numa perspectiva endógena, bem como estabelecer um novo marco institucional para o conjunto de suas ações. As conclusões e recomendações dessa contribuíram para identificar diversas demandas no sentido de qualificar e sistematizar diversos fluxos internos, além da sistematização de práticas e rotinas assim como para proporcionar condições de trabalho mais eficazes e mais seguras em campo, medidas que estão em andamento. Entre os objetivos estão:

- Consolidar o processo de reconhecimento da “Escola Yanomami” no campo político e jurídico legal.
- Garantir o funcionamento regular das escolas Yanomami em sua perspectiva diferenciada sobre a responsabilidade dos professores e da população dos xapono com o apoio da Kurikama e da Secoya.
- Sistematizar os processos de aprendizagem oriundo da estruturação da escola Yanomami em sua perspectiva autônoma e diferenciada.

Para isso, a Secoya aposta numa proposta de educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural, onde o diálogo entre as diferentes culturas possa contribuir para o desenvolvimento autosustentável das comunidades Yanomami a partir dos seguintes conceitos:

- “Diferenciada”, como modo de rearticular com o universo cultural e as formas de transmissão dos conhecimentos tradicionais dos Yanomami, integrando o processo educacional à comunidade;
- “Bilíngue”, introduzindo a alfabetização dos alunos na língua materna por professores Yanomami, assim como o processo de aprendizado (leitura, escrita e oralidade) da língua portuguesa;
- “Intercultural”, a partir da análise das relações de poder que esse processo produz em seus componentes econômicos, políticos e sociais.

A validação do “diferenciado” somente pode ser construída a partir da vivência e da experiência, do mesmo modo que a cultura tradicional é retransmitida de pais a filhos apreendidos oralmente ou por imitação, daí o entendimento de operacionalizar as ações do programa com base na legislação brasileira e na concepção educacional adotada pela instituição, onde “a escola é o xapono e o xapono é a escola”, tal é o grau de participação dos Yanomami na gestão escolar.

O mesmo visa ampliar e fortalecer o processo de alfabetização na língua Yanomami, a formação de professores indígenas, preparando-os para o trabalho, bem como o reconhecimento das escolas Yanomami pelo sistema oficial de educação escolar.

Em relação ao funcionamento, a estratégia vai no sentido de fortalecer, através das diversas atividades de campo (oficinas, dispersão e supervisão), a compreensão dos professores, lideranças e comunidades e mesmo alunos, da necessidade deles assumirem o funcionamento regular das escolas como condição indispensável no processo de autonomia política do povo.

A motivação da Secoya parte dos seguintes pressupostos:

- A educação é um fator estratégico no empoderamento ou fragilização dos Yanomami para um menor ou maior impacto da assimetria de poder na interação intercultural inevitável;
- A ausência de alternativas de uma educação apropriada para estas populações de ainda relativamente recente contato com o ‘mundo napë’;
- A disposição de fazer uso e lutar para o desenvolvimento de um modelo baseado no Direito conquistado à autodeterminação e autonomia e constitucionalmente assegurado.

A instituição “Escola” não existe na cultura Yanomami e viveram milhares de anos muito bem sem ela, tendo seus próprios mecanismos de educação e aprendizagem. O que a princípio pode ser considerado como algo negativo - a necessidade de introduzir um elemento exógeno - “a escola dos napë” - nas aldeias Yanomami, se justifica pela demanda expressa no sentido de “precisar aprender as coisas dos napë” e representa quase que um mal necessário.

Para se defender, faz-se necessário o conhecimento dos códigos de uma cultura (no caso, dos napë) para poder se comunicar sem se tornar vítima dela. Assim sendo, mesmo sendo a motivação propulsora negativa, ela oferece a possibilidade de apropriação da língua portuguesa e da matemática, e de novos conhecimentos dessa sociedade dominante que os circunde. O sentido da escola (também da diferenciada) é ajudar na leitura / decodificação do mundo para definir com autonomia a forma que as relações devem se dar.

A Secoya tem uma visão estratégica que guia seu trabalho com educação. Considera que a educação escolar é importante, responde a um desejo e a necessidades concretas do povo Yanomami (compreender o português, saber fazer contas para não ser enganado; mas também compreender mais o mundo dos nape), porém só ganha um sentido maior junto com o trabalho político.

Por isso, a Secoya investe na formação de multiplicadores – uma espécie de formação de lideranças por meio de cursos modulares que tratam de temas vinculados aos direitos indígenas e à compreensão do mundo dos nape.

O horizonte do trabalho da Secoya é contribuir para uma governança própria Yanomami, consciente, com visão de futuro.

Para isso, é preciso, por um lado, estabelecer relações com as políticas públicas e, por outro, encarar e vencer os desafios internos, que, na análise da Secoya, não são poucos.

Em termos de prática pedagógica, a Secoya entende a escola como espaço de formação e de pesquisa, de valorização da cultura, de cidadania e formação de juventude

consciente dos direitos indígenas e dos desafios que o povo Yanomami enfrenta.



4.2. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO POLÍTICA

A atual situação de interferências e rápidas mudanças na vida dos Yanomami provocada em grande medida pela política governamental têm como consequência direta uma nítida redução da qualidade de vida da população, um processo visível de sedentarização das aldeias e a introdução acelerada do consumo de produtos industrializados, além da relação com o dinheiro. Considerando que neste novo contexto ocorre maior participação de representantes Yanomami em instâncias governamentais. Este panorama requer também uma resposta dos Yanomami em termos de exercício qualificado de controle social nas instâncias de representação nas quais os Yanomami começam a participar como Conselho de Educação escolar Indígena do AM; Comitê do Parque Nacional do Pico da Neblina-ICMBio; Comitê da Funai do território etnoambiental

Yanomami; Conselho Distrital de saúde; Território etnoeducacional Yanomami, etc.

Os Yanomami pouco têm sido respeitados nessa relação com políticas públicas, não tendo voz ativa, e sendo a sua presença muitas vezes figurativa para legitimar as decisões do governo. A proposta da Secoya se faz no sentido de fortalecer os Yanomami e suas organizações (Hutukara, Ayrka, Kurikama, Fórum Binacional Yanomami, etc.) para que possam, por conta própria, exercer ações de Controle Social em sua verdadeira dimensão, garantindo melhor conhecimento de causa do funcionamento da sociedade brasileira bem como o seu aparato de gestão.

A Secoya prioriza a capacitação dos Yanomami como principais atores na defesa de seus direitos através da participação nos processos de decisão, tomando conhecimento, .

avaliando, planejando ou intervindo em relação às ações do estado, da Secoya ou de outros parceiros na área indígena.

Busca-se ainda busca auxiliar o povo Yanomami na construção de estratégias para o seu futuro a médio e longo prazo, buscando reduzir o impacto dos desequilíbrios estruturais impostos pela sociedade.

Neste contexto, percebe-se a importância do processo cognitivo de aprendizagem através da experimentação, prática milenar forte nas sociedades orais, reproduzindo conhecimento e adquirindo técnicas através da observação e da repetição, o “aprender fazendo”. Isto significa garantir a interação entre os conhecimentos que podem ser repassados por Yanomami detentores desse saber e tido como experiente no âmbito do xapono (liderança ,hekura, etc.)

com os novos conhecimentos já necessários e solicitados pelos Yanomami que estabelecem maior aproximação com a sociedade envolvente. Entre os objetivos do programa estão:

- Formação política indígena - Potencializar as capacidades políticas e técnicas das lideranças e agentes multiplicadores interculturais Yanomami do Amazonas, propiciando maior domínio e compreensão dos desafios postos no contato com a sociedade nacional;
- Representação indígena - Apoiar e responder às demandas da Associação Kurikama, e outras, em sua dinâmica organizativa enquanto instância representativa legítima dos Yanomami dos rios Marauí e Preto, na sua luta por direitos e políticas públicas mais coerentes;
- Desenvolvimento de estratégias - Favorecer a busca de soluções articuladas e a definição de estratégias coletivas entre os Yanomami diante dos desafios relativos à afirmação étnica e violação de seus direitos fundamentais bem como à gestão sustentável do seu território.

Pretende-se consolidar os processos políticos e educativos impulsionados pela Secoya estabelecendo as bases para novo marco de ação no campo indigenista e educativo junto ao povo Yanomami. Como estratégia, vislumbra-se centrar a ação a partir das premissas seguintes:


- A autonomia constrói-se paulatinamente através de um processo de tomada de consciência a respeito da realidade vivenciada pelo povo;
- O fortalecimento do processo organizativo passa pelo coletivo, rompendo com os limites postos pelas organizações dos napë na forma da lei, principalmente no que diz respeito às relações de poder e tomada de decisão;

- A capacitação ou processo de formação de multiplicadores indígenas (ou agentes interculturais) deve ser pauta no diálogo intercultural e numa abordagem complementar de valorização de conhecimentos tradicionais com conhecimentos oriundos das ciências e tecnologias derivadas da sociedade nacional.

A partir das discussões tidas até o momento e da experiência acumulada neste campo, pretende-se intensificar o processo de capacitação dos multiplicadores Yanomami, lideranças tradicionais, representantes no campo político, professores, agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento, mulheres, pajés, jovens, etc.. Essa capacitação visa preparar esses atores para os novos desafios postos no contato cada vez mais indiscriminado com a sociedade nacional através de cursos, estágios, intercâmbios, entre outros.

As temáticas obedecem a essa dinâmica e configuram-se, entre outras, nos seguintes campos:

- Compreensão do modo de pensar da sociedade capitalista e do materialismo ocidental;
- Funcionamento da sociedade brasileira e a sua estrutura política;
- As relações de poder imposta às sociedades minoritárias;
- Organização e gestão: nova linguagem na interface da sociedade Yanomami com o mundo dos napë;
- Processo organizativo e participação coletiva e cidadã;
- O debate sobre conhecimento: adquirir novos conhecimentos não significa esquecer ou anular conhecimentos tradicionais;
- Reflexão sobre direitos e deveres: a construção de novo marco jurídico e ético para os povos indígenas;
- Autonomia e gestão territorial: limites e potencialidades.



Desde 2016, quando reestruturou a atuação do programa, foram realizados diversos cursos de formação política e técnica, estágios e intercâmbios com outras experiências similares foram proporcionados para lideranças e agentes interculturais Yanomami. Além disso, deu-se apoio regular no sentido de viabilizar a participação de representantes Yanomami a encontros e assembleias indígenas promovidos pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiab, pelo Fórum de Professores Indígenas do Amazonas- Foreeia, Associação Yanomami Hutukara ou outras organizações indígenas.

Deu-se apoio na realização das primeiras assembleias Yanomami no rio Marauíá e permitiu dessa forma que seja criada a Associação Kurikama em 2013, com registro jurídico do estatuto em 2014, reunindo os Yanomami dos rios Marauíá e Preto e como perspectiva de ampliar a participação para os Yanomami do Município de Barcelos.

É possível ainda afirmar que a Secoya conseguiu construir uma relação privilegiada com o povo Yanomami, através de uma ação continua na luta pela defesa de seus direitos, num contexto de efetiva marginalização e de rápidas mudanças na estrutura sociocultural por conta das influências externas a vida das aldeias.

4.3 ASSOCIAÇÃO KURIKAMA

A Associação KURIKAMA foi criada na ocasião da Assembleia Geral Yanomami realizada no xapono do Bicho-açu entre os dias 1º a 7 de Outubro de 2013, com a presença de delegações de todos os xapono dos rios Marauíá e Preto Yanomami, município de Santa Isabel do Rio Negro-AM, passando a ser, desde então, a legítima e única representante do povo Yanomami dessa região. Em seu Estatuto social definiu os seguintes objetivos:

- 1) Promover a união e a aliança fortalecida entre os xapono Yanomami da região de atuação da associação;
- 2) Promover o fortalecimento organizativo do Povo Yanomami da região alvo da associação;
- 3) Fortalecer o empoderamento sócio-político dos Yanomami;

- 4) Promover a defesa do patrimônio territorial, ambiental, cultural material e imaterial, e o bem estar e a integridade física e socio-cultural dos Yanomami;
- 5) Defender os direitos de educação escolar Yanomami de qualidade e lutar por melhoria constante do processo educacional;
- 6) Defender os direitos relativos à atenção a saúde diferenciada, através do Distrito Sanitário Especial Yanomami e Ye´kuana - DSY - buscando a melhoria da mesma;
- 7) Defender os direitos e interesses dos Yanomami junto a órgãos governamentais e não governamentais nacionais e/ou internacionais;
- 8) Promover e desenvolver intercâmbios, projetos, acordos e convênios com

instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais;

9) Promover alternativas econômicas de geração de renda, que promovam o etnodesenvolvimento, valorizando a cultura e protegendo o meio ambiente;

10) Representar os interesses dos Yanomami em conselhos, foruns ou quaisquer outras instâncias de representação nas esferas municipal, estadual, federal e internacional.

A atual coordenação da Kurikama é composta pelos seguintes membros:

Coordenação Geral: Otávio Ironasiteri Yanomami

Conselho Fiscal: Claudinei, Ribamar, Joelson, Reinaldo

1º Secretário: Laura

2º Secretário: Gelson

1º Tesoureiro: Apolinário

2º Tesoureiro: Sebastião (Sabá)

A Kurikama é considerada pelos indígenas como um aprendiz nas regras do mundo napë, necessitando de apoio, assessoria e solidariedade dos parceiros.

Pretende-se então, através dos objetivos supramencionados, reforçar o processo organizacional dos Yanomami, buscando fortalecer a cooperação e a construção de uma pauta articulada de ações. Busca-se o desenho da ação prevendo a diversificação de atores e alternativas institucionais e fortalecer o princípio de corresponsabilidade e aprendizado mútuo.

Infelizmente, para o desenvolvimento desse importante trabalho, temos conseguido apenas alguns apoios pontuais para desenvolver esse trabalho através de instituições da cooperação tal qual a CESE, a prefeitura de Meyrin, na Suíça. As atividades desse programa foram realizadas por conta disso de modo descontínuo sendo aproveitadas as dinâmicas de trabalho em campo de outros programas para realizar, de modo claramente insuficiente, atividades pontuais tais como cursos, estágios, alguns encontros e intercâmbios e assembleia.

A necessidade dá-se no sentido de fornecer, nesse momento, um apoio regular no fortalecimento desse processo organizativo visando à preparação e formação das lideranças Yanomami para os grandes desafios que atormentam esse povo na atualidade. Temos estruturado um projeto voltado para esta temática com o apoio institucional necessário ao bom desenvolvimento desse Programa.

4.4 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Os estudos em campo associados aos testemunhos dos Yanomami revelam nítido agravo da situação de saúde com indicadores alarmantes, tal como a taxa de mortalidade infantil, a incidência de doenças diarreicas e de malária, que ocasionam elevada taxa de desnutrição que atinge cerca de 50% das crianças Yanomami de 0 a 5 anos, provocando o aumento da mortalidade infantil. Em 2016, os dados do Portal da Saúde confirmam as observações em campo, revelando que 65% dos casos de mortalidade infantil indígena são provocadas por doenças evitáveis, tais como: doenças respiratórias, parasitárias e nutricionais. Por isso, o programa de Educação em Saúde da Secoya atua nos seguintes eixos::

- Prevenção: Desenvolver de maneira participativa ações de prevenção das doenças e promoção da saúde;
- Valorização do tradicional: Incentivo à cultura xamã, preservando a cultura Yanomami no tratamento de doenças;
- Sistema de Saúde Indígena: Participação do conselho indígena nas decisões do governo em relação ao sistema de saúde oferecido às comunidades indígenas.

Entre os objetivos estão:

- Capacitar agentes multiplicadores Yanomami nas ações de prevenção e promoção da saúde e defesa dos direitos a uma saúde respeitosa, diferenciada e de qualidade;

- Diminuir de 50 % a taxa de desnutrição infantil nas crianças de 0 a 5 anos depois de 3 anos;
- Valorizar a saúde tradicional favorecendo o diálogo intercultural;
- Aumentar as capacidades dos usuários do subsistema de saúde com um controle social participativo, consciente e crítico.

Para isso, a dinâmica de trabalho é desenvolvida através de visitas pontuais nos xapono da região do Marauiá, permitindo definir junto à população as necessidades específicas, as demandas assim como os recursos existentes para desenvolver ações de prevenção e promoção de saúde. O eixo principal é concebido através da participação ativa dos Yanomami, visando uma construção comum do programa, principalmente através dos agentes identificados como potenciais multiplicadores dentro das suas comunidades.

Nesse contexto, os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), as lideranças e as mulheres, por suas funções determinantes dentro do xapono, representam um grupo de atores específicos, pelo potencial de tornarem-se agentes multiplicadores.

Neste sentido, cursos específicos voltados a estes agentes são realizados, com o objetivo de buscar soluções independentes às problemáticas de saúde encontradas. Uma atenção particular é centrada na capacitação dos Agentes Indígenas de Saúde intencionando valorizar seu papel de intermediador cultural entre o xapono e o sistema de saúde, entre a saúde tradicional e a saúde alopática. A percepção e o conhecimento que os mesmos detêm do sistema de saúde lhes possibilita levar as reivindicações e os problemas observados aos conselhos locais e distritais, assim como incentivar a população a implementar medidas de prevenção.

Da mesma forma, são administrados cursos para mulheres, para tratar assuntos que as afetam, particularmente em relação às ameaças provocadas pelo contato com a sociedade. As mulheres são pessoas-chaves pelo papel que assumem dentro da sociedade e do grau de consciência que têm alcançado em relação à prevenção, higiene e nutrição.

A participação dos Agentes Indígenas de Saúde e outros atores locais como multiplicadores é fundamental para garantir um trabalho de prevenção que atinja as necessidades atuais da população. Esses intermediários desempenham um papel permanente nas aldeias, onde repassam as informações através da tradição oral, por meio de reuniões ou diálogos diários dentro do xapono. A partir de um levantamento de campo iniciado em 2013, a Secoya está desenvolvendo atividades com o objetivo de diminuir a taxa de desnutrição infantil, por meio das seguintes ações:

- A capacitação de Agentes Indígenas de Saúde-AIS;
- A capacitação de mulheres em nutrição e higiene;
- A implementação de medidas de purificação da água nas aldeias;
- O ensino de medidas de higiene nas escolas;
- A valorização e/ou resgate do uso tradicional do território e das estratégias de subsistência para favorecer a soberania alimentar;
- A valorização das fontes tradicionais de proteínas e sensibilização sobre sua importância no crescimento da criança.

Baseando-se na análise das causas da desnutrição infantil, um eixo particular foi dirigido na luta contra as doenças diarreicas por meio de uma parceria firmada em 2015 com o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA) no intuito de implantar dois sistemas de purificação de água em dois xapono. Por conta da identificação de dificuldades de recursos materiais para o funcionamento deste processo, o projeto está sendo revisto em busca de adequação técnica.

Em paralelo a instalação deste sistema, ações relativas à higiene são desenvolvidas com a população dos xapono com o objetivo de tratar o conjunto de causas das doenças diarreicas. Um trabalho sistemático é realizado pelos AIS a fim de avaliar a situação de saúde e o impacto do sistema de purificação na incidência da diarreia e a taxa de desnutrição infantil. O objetivo desenvolvido através dessa ação é de propiciar meios permitindo aos Yanomami de defender seus direitos à saúde, com argumentos pertinentes e maior compreensão epidemiológica, política e social frente à instituição governamental responsável - SESAI.

Além das atividades direcionadas aos AIS, AISAN, lideranças e mulheres, ações de educação em saúde estão sendo propiciadas nas escolas, com a colaboração dos professores Yanomami. Diante das rápidas mudanças e interferências provocadas no contato com a sociedade nacional, é primordial pensar num trabalho ao longo prazo, mas com ações que permitem integrar noções tais como higiene, prevenção e proteção ao meio ambiente desde a infância.

Nos últimos anos, as observações em campo e os testemunhos dos Yanomami revelaram um nítido agravamento da situação de saúde com indicadores alarmantes, tal como a taxa de mortalidade infantil que atingiu 106 óbitos por 1000 nascidos vivos em 2014. Essa taxa é comparável a da Somália nos anos 1990. Em comparação, a média nacional para este mesmo ano era de 14%. Salientando que a população indígena representa apenas 4% da população brasileira, esses dados estão sendo diluídos na média nacional, fato que permite ao governo afirmar ter alcançado os objetivos do milênio. As causas de mortalidade infantil nos Indígenas são principalmente as doenças diarreicas e a pneumonia, causas consideradas como evitáveis pela OMS. A taxa elevada de desnutrição, atingindo perto de 50 % das crianças Yanomami, colabora nitidamente nesta grave situação.

Esse quadro ocorre num contexto onde é perceptível o desgaste da atual política setorial de saúde indígena através do subsistema de saúde e da ação do Distrito Sanitário Especial Yanomami e Ye'kuana-DSY. A assistência permanece numa dinâmica essencialmente emergencial sem qualquer respeito pelas realidades epidemiológicas Yanomami nem das necessidades operacionais específicas a cada região Yanomami.

É importante ressaltar os graves problemas decorrentes da descontinuidade e a baixa qualidade dos serviços de saúde que têm reflexos diretos no estado de saúde da população. Solicita-se aqui um apoio complementar ao programa de educação em saúde, por este representar um aspecto importante no processo de autonomia dos Yanomami sobre a gestão de suas próprias vidas. Pretende-se demonstrar que um trabalho de prevenção realizado a um baixo custo e com o envolvimento direto da população é possível.

A experiência piloto desenvolvida pela Secoya nos cinco últimos anos no campo da educação em saúde nos demonstrou a importância de consolidar essa alternativa aos serviços de assistência do governo, oferecendo aos Yanomami a possibilidade de rearticular processos de cura através da saúde tradicional, bem como ações preventivas mais próximas à realidade e envolvendo a população, sendo importante aí destacar o papel dos AIS, dos pajés e das mulheres.

4.6 PRINCIPAIS RESULTADOS DA SECOYA



- Em 1991, através de uma ação emergencial, a associação conseguiu diagnosticar e curar 375 Indígenas Yanomami afetados por tuberculose no rio Marauiá, município de Santa Isabel do Rio Negro;
- Entre 1999 e 2009, estabeleceu parceria com o Ministério da Saúde na promoção da assistência básica de saúde do povo Yanomami;
- Em 2014, completou a formação de 29 professores Yanomami em Magistério intercultural yanomami para o ensino fundamental (curso de 3.107 horas reconhecido pela Secretaria de Educação do Amazonas);
- Em 20 anos, proporcionou ensino fundamental diferenciado, bilíngue e intercultural para mais de 1.400 crianças e adolescentes de 10 comunidades Yanomami;
- Em 05 anos, capacitou mais de 150 jovens multiplicadores interculturais Yanomami no campo técnico e político. Assumiu de forma ativa a defesa dos direitos indígenas e a sensibilização dos gestores públicos;
- Em 2013, apoiou a estruturação da Associação Yanomami Kurikama;
- Entre 2015 e 2019, participou ativamente da construção do Plano de Gestão territorial e Ambiental Yanomami-PGTA e do Protocolo de consulta Yanomami;
- Entre 2015 a 2019, implantou projetos inovadores no campo da prevenção e valorização da saúde tradicional, com enfoque na saúde da criança, sendo: um projeto de captação e purificação de água com energias alternativas; um programa de capacitação de agentes indígenas de saúde e de parteiras tradicionais;
- Em 2017, organização de o I Encontro da Saúde da Mulher para discutir o parto e os saberes tradicionais;
- Em 2019, colocou em pauta a constituição de uma Matriz Educacional Estadual Yanomami;
- Seleção de 51 professores para o curso de magistério intercultural com início em 2022;
- A verificação dos resultados organizacionais e o sucesso desse trabalho impar e diferenciado se dá através de indicadores de resultados associados a objetivos e atividades. Um planejamento anual é elaborado, com metas a serem alcançadas, e um sistema de monitoria permite a verificação regular dos avanços das ações. Foi estabelecida uma linha base que oferece informações substanciais a partir das quais é possível medir o impacto da ação indigenista.
- O desenvolvimento das ações está totalmente voltado para a capacidade efetiva de tomada de decisão no contexto da interculturalidade, garantindo maior autonomia e governança do povo para a gestão qualificada dos problemas decorrentes do contato dos Yanomami com a sociedade nacional. Isto significa que se o trabalho for bem realizado e sucedido, no final serão os próprios Yanomami que assumirão as ações. Poderão de forma autônoma definir o tipo de governança que desejam e construir o melhor futuro de seu povo.



Todavia, esta caminhada é longa ainda e diversas etapas precisam ser galgadas, entre as quais:

- Tornar a educação de fato diferenciada, bilingue e intercultural para o conjunto das aldeias do Amazonas com a implantação e reconhecimento da Matriz estadual de educação diferenciada gerida pelos próprios Yanomami;
- Formar professores de modo a cobrir a demanda educacional diferenciada tanto para o ensino fundamental como o ensino médio;
- Ampliar a abrangência das capacitações de jovens multiplicadores interculturais Yanomami;
- Promover maior incidência maior em nível da bacia do Rio Negro permitindo uma atuação mais regular e qualitativa na esfera da Rede Rio Negro e na articulação do povo Yanomami com outros coletivos indígenas;
- Uma incidência de maior impacto no Sítio Ramsar e nas Redes FAMDDI e ARCA, para a defesa do meio ambiente e populações tradicionais localizadas milenarmente nessa região.

5. CHAMADA PARA AÇÃO

Entendemos que todos os problemas que assolam hoje os povos originários e ameaças colocadas não são um problema sem solução. O assédio ao território e ao povo Yanomami pode ser controlado a partir de um conjunto de ações coordenadas e estratégicas a fim de assegurar seus direitos. Para isso, depende-se de vontade política e atuação política dos próprios indígenas participando da atuação do Estado em articulação entre os órgãos e agentes responsáveis.

A retomada de uma estratégia de Proteção Territorial com foco na manutenção das Bases de Proteção Etnoambientais em locais estratégicos, articulada com órgãos de repressão e punição judiciária, além de fortalecer a autonomia e capacitação da vigilância indígena como ação integrada às fiscalizações é uma alternativa para

para mudança do quadro posto hoje quanto às invasões.

A outra ponta de ação é quanto à questão legislativa que deve sofrer a pressão internacional e da sociedade brasileira, por meio de campanhas e de movimentos articulados entre associações indigenistas e indígenas, além do fomento à participação de representantes do Povo Yanomami junto ao Movimento Indígena e capacitação política junto às comunidades. A reorganização do sistema de atendimento do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana deve ser uma meta a após uma ampla consulta junto às comunidades da TI Yanomami, para atuar rotineiramente, adaptando as áreas prioritárias com base em informações atualizadas e com respeito e diálogo com os saberes tradicionais.

APOIO

Em um ambiente político instável quanto à legislação anti-indígena, o fortalecimento de instituições que caminhem lado a lado com os povos originários também se faz estratégico para o enfrentamento das violações dos direitos indígenas.

